

Lei de  
Acesso  
à Informação



MINISTÉRIO DA  
TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



# Da Opacidade à transparência? avaliando os 5 anos da lei de acesso

Gregory Michener

Professor FGV-EBAPE

Coordenador do Programa de Transparência Pública, FGV

# A apresentação

- O que é o Programa de Transparência Pública (FGV) e a Transparency Evaluation Network?
- Estudos recentes, encaminhados
- O nosso working paper – foco MP, Judiciário, Subnacional
  - Dados oficiais
  - Avaliações sobre transparência passiva
  - Associações estatísticas
- Recomendações para os próximos 5 anos

# O Programa de Transparência Pública (PTP) e a Transparency Evaluation Network (TEN)

**PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA** | FGV | DIREITO RIO EBAPE

English

Home Quem somos Pesquisa Notícias Fale Conosco LAI 5 anos

## Avaliações Brasileiras

Avaliações Brasileiras

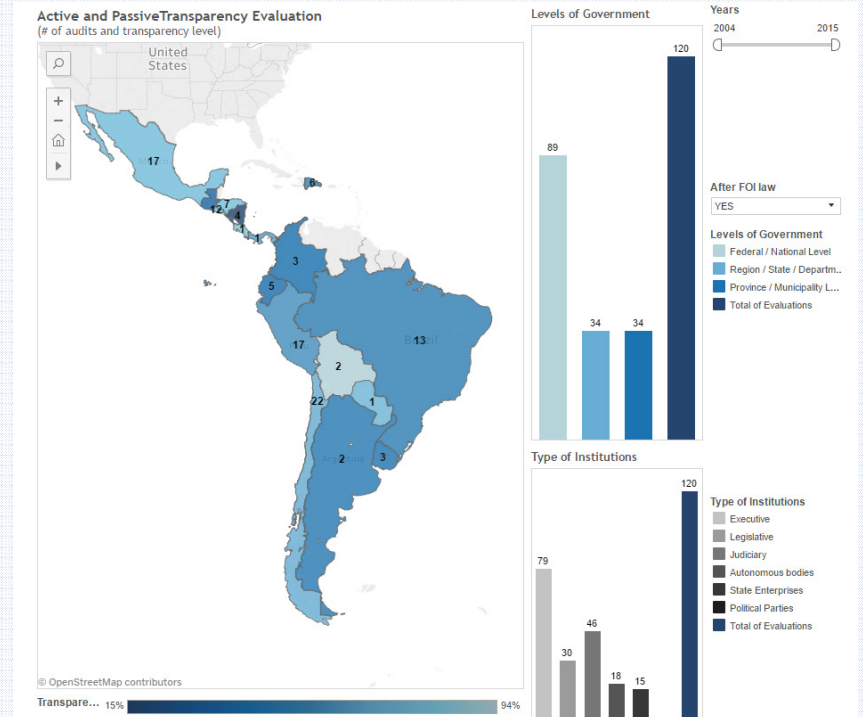
Evento 16/Maio

PTP contribui com o 3º Plano de Ação da Parceria de Governo Aberto

PTP divulga versões em espanhol e inglês de auditorias realizadas

Todas Auditorias | Auditorias Ativas | Auditorias Passivas

<= 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017



*Working Paper*

## Dados oficiais – nível subnacional

- Solicitações
- Solicitantes
- Regulamentação
- Órgão Supervisores
- e-SIC ou similar
- Compromissos Programa Brasil Transparente



## *Working paper*

# Dados Oficiais – Relatórios Estatísticos LAI e Perfil do Solicitante

### Poder Executivo nos entes subnacionais:

- 16 estados e 11 capitais disponibilizam o número de solicitações recebidas e respondidas;
- 6 estados e 1 capital disponibilizam o tempo médio para resposta às solicitações;
- 5 estados e 1 capital disponibilizam alguma informação sobre recursos interpostos;
- 8 estados e 3 capitais divulgam alguma informação (gênero, escolaridade, faixa de idade, etc.) sobre o perfil dos solicitantes;

### Poder Judiciário nos estados e Ministério Público nos estados:

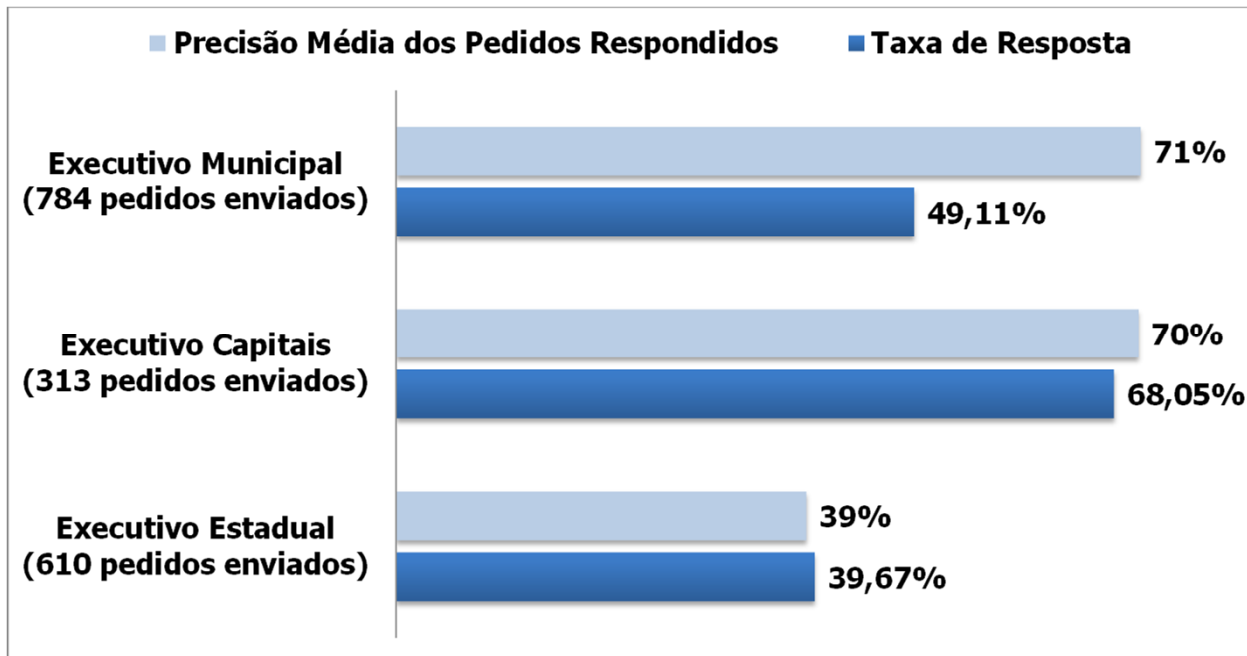
- 7 MP's estaduais e 1 TJ disponibiliza informação sobre solicitações recebidas e respondidas;
- 3 MP's estaduais divulgam alguma informação (gênero, escolaridade, faixa de idade, etc.) sobre o perfil dos solicitantes;

# Estudos recentes

- Eduardo Borges – Transparência da governança florestal na Amazônia: uma análise de cumprimento da Lei de Acesso à Informação nos estados
- Andressa Falconiery - Transparência das Câmaras municipais das capitais do Brasil
- Rafael Velasco – Experimento de campo para avaliar à discriminação no regime da LAI
- Luis Filipe Kopp – Publicidade oficial e reeleição

# Working paper

## Poder Executivo nos entes subnacionais – Cumprimento de Transparência Passiva



Tempo médio para resposta (em dias):

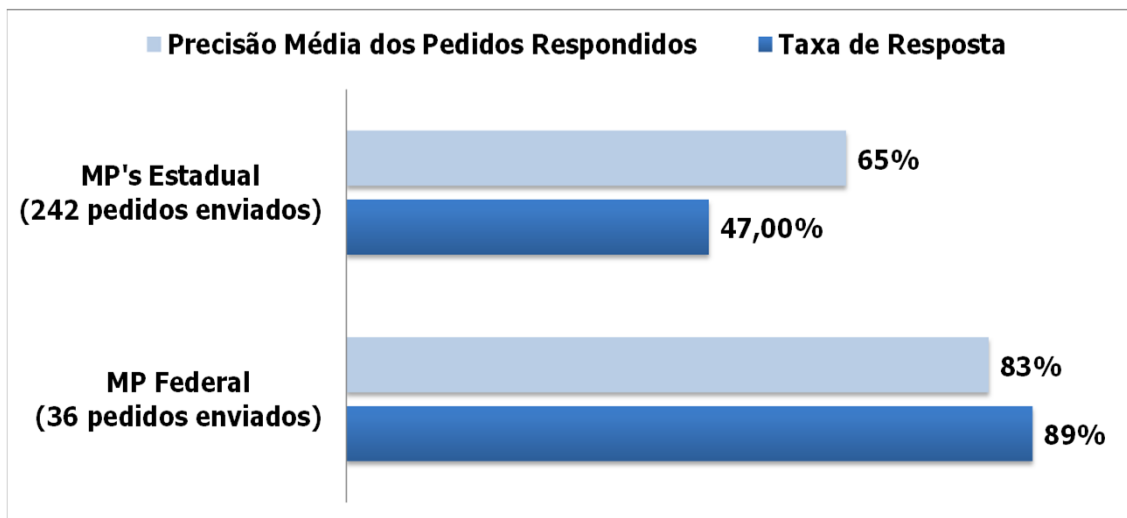
Executivo Municipal: 17,4  
Executivo Capitais: 19,8  
Executivo Estadual: 25,5

Amostra composta por 1394 pedidos enviados no âmbito de avaliações de transparência. Fonte: Borges (2015), Michener, Moncau & Velasco (2014), Michener (Org.) (2016), Michener & Velasco (2015), Velasco (2017)

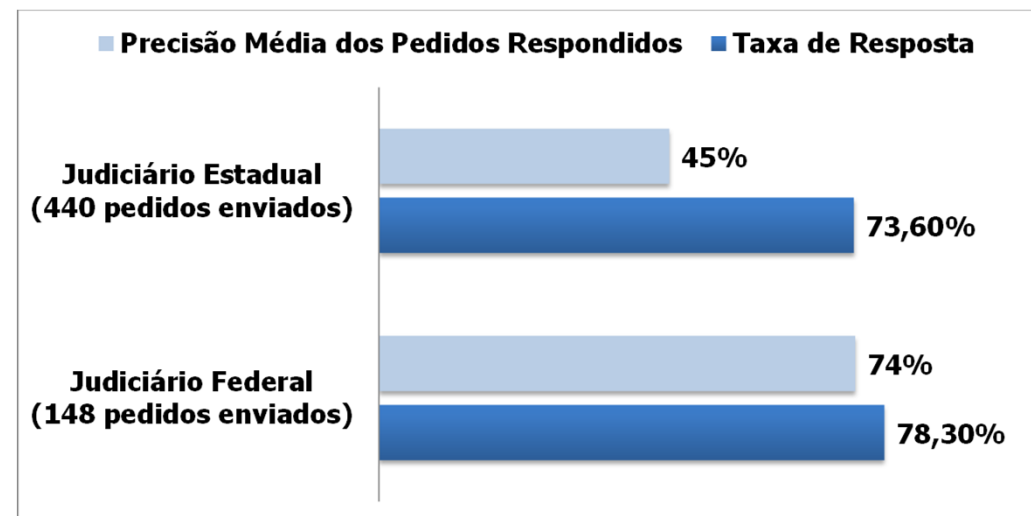


## Working paper

# Poder Judiciário e MP's – Cumprimento de Transparência Passiva

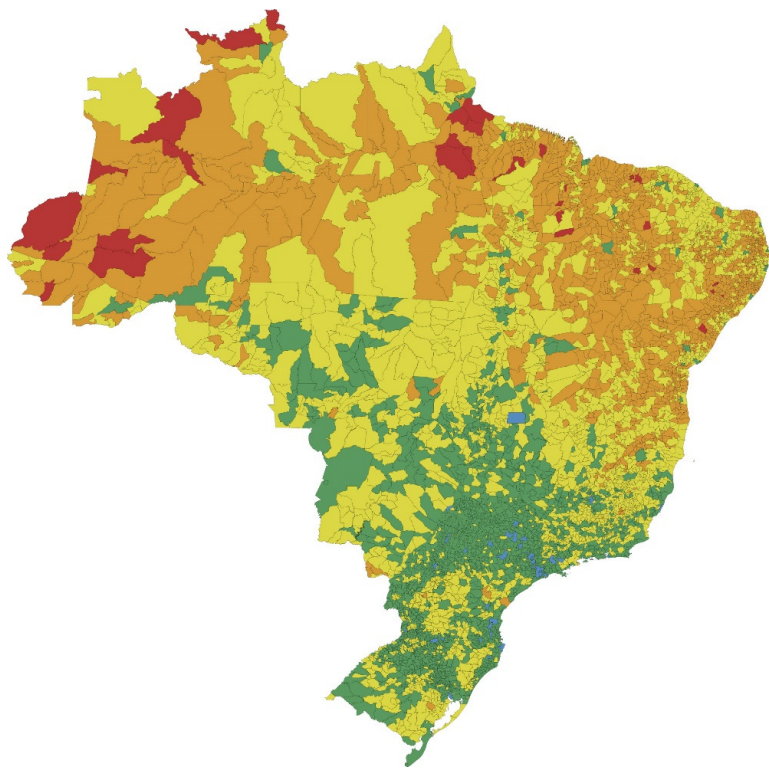


Amostra composta por 874 pedidos enviados no âmbito de avaliações de transparência. Fonte: Artigo 19 (2014), Artigo19 (2015), Artigo19 (2016), Borges (2015), Michener, Moncau & Velasco (2014), Moncau et al. (2015), Michener (Org.) (2016)



DIREITO RIO  
EBAPE

*Working paper*  
**Associações estatísticas**



# Recomendações

- Promover
  - A LAI
  - Uma solução do século XXI – comissões de informação
- Proteger
  - A identidade dos solicitantes
  - Servidores públicos denunciantes
- Regular
  - A classificação – teste de dano, interesse público
  - Art. 13, decreto 7724

# Obrigado!

[gregory.michener@fgv.br](mailto:gregory.michener@fgv.br)

Apoio



Cooperação  
**Representação  
no Brasil**

Realização

MINISTÉRIO DA  
**TRANSPARÊNCIA, FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO**

